

Maria do Carmo de Mello Rego, uma escritora indianista do século XIX

Maria do Carmo de Mello Rego, 19th-century a Indianist writer

Marina SANTOS*

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

RESUMO: O presente trabalho aborda duas publicações de Maria do Carmo de Mello Rego, escritora do século XIX, reivindicando o caráter indianista de seus escritos. São eles *Guido (páginas de dor)* e “Rosa, a Bororo”, ambos de 1895. Tendo em vista a alegada veracidade de seus relatos, construídos a partir de experiências vividas em contato com indígenas na região do Mato Grosso nos últimos anos do Segundo Reinado, além de sua condição privilegiada como esposa do presidente da Província, proponho ler, como ficção, aquilo que a recepção crítica mais imediata reduziu a depoimento. Ao circunscrever seus textos à esfera literária, procuro investigar, através dos rastros, as presenças e agências indígenas objetificadas e silenciadas.

PALAVRAS-CHAVE: Maria do Carmo de Mello Rego. *Guido (páginas de dor)*. Rosa, a Bororo. Piududo. Cibaé Modojobádo.

ABSTRACT: The presente work claims the Indianist character of two literary works published by Maria do Carmo de Mello Rego, a female writer of the nineteenth century. These are *Guido (páginas de dor)* and “Rosa, a Bororo”, both from 1895. Taking into consideration the alleged veracity of both stories, built from her experience among native people in the Mato Grosso region of Brazil during the final years of the Second Empire, as well as her privileged status as the president’s wife, I intend to read as fiction these texts that were initially taken as testimony by the immediate critical reception. By bringing back her texts into the literary area, I seek to follow the traces in order to point out not the absences but the presences and agencies of the silenced and objectified indigenous people.

KEYWORDS: Maria do Carmo de Mello Rego. *Guido (páginas de dor)*. Rosa, a Bororo. Piududo. Cibaé Modojobádo.

Introdução

não somos herança, somos presença.
Ellen Lima Wassu

*Escrevo apenas, portanto, para desocultar o
que foi propositalmente ocultado.*
Eliane Potiguara

* Professora de Literatura Brasileira na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Integra o “ao contrário: laboratório experimental de estudos da literatura e seus avessos” (UFSC) e o grupo de pesquisa “Literatura, território indígena”. E-mail: msf.gaspar@gmail.com.

As palavras de Ellen Lima Wassu e de Eliane Potiguara nas epígrafes deste texto se somam a tantas outras vozes de escritoras e escritores indígenas da contemporaneidade que reivindicam a literatura como território indígena, como espaço-tempo de (re)elaboração da presença ancestral dos povos originários para além de uma idealização passadista e deturpada. Partindo desse mesmo pressuposto, o presente trabalho tem por objetivo revisitar a obra de Maria do Carmo de Mello Rego, uma escritora não-indígena do século XIX, tendo em vista a produção indianista sob uma perspectiva de gênero de modo a evidenciar diferentes camadas de silenciamento no que diz respeito à recepção crítica e à historiografia literária hegemônicas¹.

Para isso, é preciso uma breve contextualização inicial. Entre setembro de 1887 e fevereiro de 1889, Francisco Raphael de Mello Rego foi nomeado presidente da Província de Mato Grosso. Acompanhado de sua esposa, Maria do Carmo de Mello Rego, parte da então capital do Império, no Rio de Janeiro, em direção à região pela qual se tornava governante responsável. Tanto a viagem empreendida pelo casal entre a capital e a Província, quanto as experiências vividas durante o período mencionado, até seu retorno ao Rio de Janeiro, em 1889, servem de motor para a produção escrita de Maria do Carmo de Mello Rego, autora das seguintes publicações: *Guido (páginas de dor)* (1895), *Rosa Bororo* (1895), *Lembranças de Mato Grosso* (1897), *Artefatos indígenas de Mato Grosso* (1899), *Curupira, lenda cuiabana* (1929), sendo “Rosa Bororo” e “Curupira, lenda cuiabana” também capítulos de *Lembranças de Mato Grosso*.

Esses textos foram reunidos e publicados em 2002, com pesquisa e seleção de títulos por Paulo Pitaluga Costa e Silva em edição do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, sob o título de *Escritos Completos: Maria do Carmo de Mello Rego*². Como se sabe, o conjunto de obras a que se convencionou contemplar sob a categoria do indianismo na literatura brasileira desempenhou papel fundamental na produção artística nacional, tendo como principais expoentes do movimento os consagrados Gonçalves Dias, Gonçalves de Magalhães e José de Alencar. De modo geral, mesmo quando suas

¹ O presente texto é resultado parcial de uma pesquisa de pós-doutorado, ainda em andamento, no Programa de Pós-Graduação em Literatura - UFSC, sob supervisão de Alexandre Nodari.

² Enquanto preparava este texto, também foi lançada, pela Coleção Escritoras do Brasil, do Senado Federal, a *Obra Reunida: Maria do Carmo de Mello Rego* (2025), com apresentação de Maria Ester de Siqueira Rosin Sartori.

margens são consideradas³, expandindo o *corpus* tradicionalmente atribuído ao movimento literário, de forma a abordar outros autores que não estes de maior projeção, nota-se a ausência de textos de autoria feminina que tratem da temática indígena. Esta ausência produz uma série de questionamentos: não havia, no século XIX, escritoras mulheres? Sendo a presença indígena um traço altamente recorrente na literatura hegemônica do período, as escritoras o teriam ignorado em suas produções? Caso o tenham abordado, reproduziriam os modelos produzidos pelo indianismo hegemônico considerado pela historiografia literária?

À primeira pergunta, a resposta é categoricamente afirmativa; ainda que tenham sido silenciadas e apesar dos imensos desafios impostos às mulheres no século XIX, é possível afirmar que muitas escreveram e publicaram literatura como mostram diferentes pesquisas, cada vez mais frequentes, que buscam resgatar e (re)ler tais produções. Destaca-se, nesse sentido, a antologia de *Escritoras Brasileiras do Século XIX*, organizada por Zahidé Muzart⁴, cuja extensa seleção de autoras não deixa dúvidas sobre tais produções e autorias. À segunda questão, também é possível responder positivamente; neste caso, no entanto, trata-se de uma presença talvez menos sistemática na medida em que, salvo engano, ainda não há estudos de maior fôlego reunindo escritoras “indianistas” do século XIX, muito embora estudos pontuais, sobre obras específicas, já venham sendo realizados nesse sentido⁵.

É a partir da terceira pergunta, isto é, sobre como autorias não hegemônicas teriam tratado a temática indígena em produções literárias daquele contexto, que propomos abordar a obra de Maria do Carmo de Mello Rego no presente trabalho. Em outras palavras, propomos refletir sobre o modo como a autora aborda a questão indígena em sua obra, observando pontos de contato e/ou divergência em relação à caracterização canonizada do nativo tal como a conhecemos a partir do indianismo romântico brasileiro.

³ Talvez um dos estudos mais completos sobre o indianismo seja o trabalho de David Treece, *Exilados, aliados, rebeldes: o movimento indianista, a política indigenista e o estado-nação imperial*, publicado no Brasil com tradução de Fábio Fonseca de Melo, em 2008. Embora Treece aborde uma série de escritores para além dos principais expoentes do movimento, não constam em seu estudo análises de objetos literários escritos por mulheres.

⁴ Composta por três volumes, a antologia reúne dezenas de escritoras brasileiras do século XIX, evidenciando um processo contínuo e deliberado de apagamento dessas produções pela crítica literária hegemônica que tende a se concentrar em obras produzidas por autores homens.

⁵ Destacam-se, nesse sentido, estudos sobre *A lágrima de um Caeté* (1849), de Nísia Floresta, *Gupeva* (1859), de Maria Firmina dos Reis e *D. Narcisa de Villar* (1859), de Ana Luísa Azevedo Castro.

Para tanto, o presente trabalho se concentra na leitura de duas de suas publicações, a saber, *Guido (páginas de dor)* e “Rosa, a Bororó”.

1. Guido

Conforme já mencionei, é como primeira-dama que Maria do Carmo chega à então Província de Mato Grosso, em 1887, condição que parece ter sido determinante para sua produção literária. Desde sua primeira publicação, *Guido (páginas de dor)*, de 1895, sua experiência enquanto mulher de “presidente” e “mãe” se destaca; neste caso, trata-se de um relato a respeito da maternidade interétnica experienciada por Maria do Carmo a partir do que chama de “adoção” de uma criança indígena Bororo⁶, até então chamada Piududo⁷, a quem batiza com o nome cristão Guido. O menino, que teria vivido sob seus cuidados durante cerca de quatro anos, quando vem precocemente a falecer pouco depois de se instalar com o casal de Mello Rego no Rio de Janeiro, é longamente chorado no texto que se apresenta como elaboração do luto materno.

A publicação contou com o estímulo de Visconde de Taunay, responsável, inclusive, pelo breve prefácio que parece ter ditado o tom da recepção crítica mais imediata:

Para que palavras de recomendação a coisas singelas e pungentes? Como analisar, aliás, e encarecer sentimento tão profundo e tão belamente expresso no desalinho da dor?

Aos que tiverem a felicidade de alcançar este precioso livrinho, destinado a bem limitado círculo, bastará dizer “Lede, lede com os olhos d’alma, aberto o coração à ternura e à piedade”.

Duvido que muitos acompanhem a cruel jornada sem lágrima quente de simpatia e compaixão. Duvido, sobretudo, que mães possam chegar ao fim sem longas paradas e soluços de bem sincera angústia, tenham, ou não, passado pelo tremendo transe que aí fica para todo sempre contado, tal o cunho da verdade.

.....
Guido, formoso Guido, encantador colibri das selvas virgens do Mato Grosso, brilhaste um momento como irisada flecha de luz no seio da densa floresta e

⁶ Embora conhecidos como “Bororo”, termo que significa “pátio da aldeia” na língua nativa, autodenominam-se “Boe”.

⁷ No relato, ora Maria do Carmo se refere ao menino como Piududo, ora como Guido, nome que afirma ter lhe atribuído em batismo cristão. Opto por utilizar Guido ao me referir à personagem e Piududo quando trato da criança. Aliás, de acordo com o próprio relato, “Piududo”, como grafa a autora, significa “beija-flor”. Na *Enciclopédia Bororo: vocabulário e etnografia* (1962), contudo, encontramos a notação “Piodúdo”. Reproduzo, para fins de citação, a grafia tal como utilizada por Maria do Carmo de Mello Rego.

de repente sumiste nas sombras da misteriosa e insondável escuridão!...
(1895)⁸

Escrito em primeira pessoa, *Guido (páginas de dor)* é dividido em três partes além deste prefácio. A primeira parte é destinada a contar como se deu o que a autora chama de “adoção” da criança e os momentos compartilhados pelos dois; a segunda parte, bastante breve, é datada de 26 de março de 1892 e acrescenta comentários sobre a dificuldade de dar continuidade à narração devido à dor que a atravessa – “sofrer, sofrer; chorar, chorar” – e, embora a autora afirme reconhecer a vontade Divina, não deixa de expressar sua incapacidade de resignação – “Perdoai-me, se a resignação é impossível para mim. Esmagada ao peso da Vossa Mão, eu a beijo desfeita em lágrimas; eu a beijo por mim e pelo meu Guido” (Rego, 2002, p. 36); enquanto a terceira parte se apresenta como carta destinada ao “Sr. Visconde”, em que agradece por missiva prévia e comenta o estímulo deste à publicação de sua história.

Passemos, então, ao relato. Já nas primeiras linhas, a autora contextualiza o ponto de partida de suas memórias: “Em Mato Grosso, um dia, sendo meu marido Presidente da Província, trouxe o capitão Antônio José Duarte, pacificador da tribo dos Bororos, uma turma de índios para serem batizados e deles fomos padrinhos” (Rego, 2002, p. 27). À postura condescendente expressa pela autora em comentários como “pobres afilhados tão mais velhos do que eu, ingênuos filhos das selvas” ou “pobres índios, dignos de melhor sorte”, segue o relato de uma encomenda feita a um desses afilhados que, segundo ela, seria um cacique a quem coube o nome cristão de Rafael: “[...] pedi, já por intervenção do intérprete, já auxiliada por um vocabuláriozinho que me fora oferecido pelo capitão Duarte, que, uma vez na aldeia, de lá me mandasse um indiozinho órfão de pais, mas com o cabelo comprido. Eu o criaria como filho.” (2002, p. 28) Cerca de um mês mais tarde, ela receberia pelas mãos do capitão Duarte “[...] um indiozinho, vestidinho com uma camisinha de chita e umas calcinhas azuis. Tinha cabelos compridos.” (2002, p. 28)

A partir de então, a autora se dedica a contar diferentes momentos de convivência com a criança, ressaltando um estranhamento inicial que logo se transforma em inequívoco e exemplar afeto filial. Não apenas filho idolatrado, Guido é cuidadosamente

⁸ O trecho do prefácio escrito por Visconde de Taunay foi transcrito por mim a partir de consulta feita à edição de 1895, em volume presente no acervo do Real Gabinete Português de Leitura, no Rio de Janeiro. Com exceção do prefácio, que não consta na edição de 2002, pelo Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, as demais citações de *Guido (páginas de dor)* são feitas a partir desta última.

construído como personagem absolutamente disposta à integração ocidental, apesar de sua “natureza selvagem”. Logo ele teria se afeiçoado a sua mamãe a ponto de considerá-la sempre infinitamente mais “bonita” que as mulheres da aldeia; tem no pudor uma de suas características mais notáveis (não fica nu na frente dos outros e quando, em certa oportunidade, ela sugere que visitem o lugar de seu nascimento, ele teria respondido “*Minha mãe está louca? Como havia eu de levá-la a ver índios nus?*”); em uma ou outra situação, ele teria demonstrado, é verdade, sua natureza “selvagem” e “vingativa”, mas “sem nunca contrariá-lo” e lançando mão de sua absoluta devoção materna, Maria do Carmo consegue moldá-lo como sujeito exemplar. Há de se acrescentar a insistência da autora em dizê-lo um *pagumejera*⁹, termo que designaria “senhor”, “chefe”. A certa altura do relato, comentando sobre a introdução do menino a leituras sobre a história do Brasil, a autora escreve: “Na guerra dos holandeses fez a seguinte reflexão: - *Mas se os portugueses descobriam o Brasil, como é que os tais outros queriam tomá-lo? Isso não podia ser.*” (Rego, 2002, p. 33, grifos do original)

Guido não apenas defendia a legitimidade dos portugueses como descobridores do Brasil, ele demonstrou desde logo “muita simpatia pelos militares”, pelo Imperador e pela Princesa D. Isabel (Rego, 2002, p. 32). São diversas as passagens que, atribuídas à criança, parecem corresponder aos ideais amplamente propagados a respeito dos povos originários no século XIX, ou seja, o de que se fazia necessário integrá-los (quando exterminá-los deixa de ser uma opção estimulada, ao menos institucionalmente). Ainda na primeira parte do relato, a autora refere-se às habilidades naturais da criança e ao talento artístico reconhecido por ela e atestado por um terceiro que, se não sabemos quem é, temos ao menos a distinção do ofício como elemento de validação: “Um pintor que esteve em nossa casa com um amigo nosso, admirou tanto os trabalhos de meu filho que exclamou: - *Isto não se acredita! Este menino parece que fará o impossível!*” (Rego, 2002, p. 34, grifos do original)

⁹ A *Enciclopédia Bororo: vocabulário e etnografia* apresenta o termo “Imejera” como “chefe” e a variação “pag-imejera” como “teu chefe” (1962, p. 619). Vale notar que um dos primeiros trabalhos destinados à língua dos Bororo foi publicado por José Augusto Caldas, em Cuiabá, 1899. Trata-se do *Vocabulário da língua indígena dos Borórós-Corôado*. O trabalho, que conta com dedicatória “À memória do Tenente Coronel Antônio José Duarte, Pacificador da tribo dos Bororos-Coroados”, possui uma breve introdução em que o autor procura apresentar diferentes aspectos da cultura Bororo; ao introduzir o tema do “Batismo” entre os indígenas, o autor escreve: “Com a devida vênica, reproduzo aqui, o que a respeito, com amestrada pena, escreveu a Ex.^{ma} Sr.^a D. Maria do Carmo de Mello Rego, no seu livro intitulado LEMBRANÇAS DO MATO GROSSO” (Caldas, 1899, p. 14), utilizando-se, de fato, de reprodução do texto da autora.

O tom lamentoso pela perda do filho amado se intensifica conforme o relato avança e a dor expressa pela autora se destaca: “Tudo acabado, tudo aniquilado para mim, ó criança estremecida! Tu levaste contigo no teu voo para a eternidade a minha alma; tu, tão pequenino, tão leve, a carregar uma alma tão cheia de dores, tão pesada para as tuas asas...” (Rego, 2002, p. 36). Após a extensão do lamento na segunda parte do texto, vem a terceira, como carta destinada ao Visconde, conforme já mencionamos, em que, além de agradecer o estímulo à publicação, confessando insegurança dada sua falta de “hábito de escrever”, a autora recorda ainda outros episódios passados com a criança e destaca seus esforços na construção da posteridade de Guido, o que envolvia a criação de uma coleção de artefatos indígenas no Museu Nacional com o seu nome:

Um dia perguntará algum curioso: - *Quem foi esse Guido de Mello Rego?*
O Dr. Ladislau Neto, que a conhece e aprecia o seu valor, aceitou de bom grado essa condição e lhe destina um gabinete especial.
O retrato que mandei tirar, também pertencerá ao Museu e a esta coleção depois da minha morte. (Rego, 2002, p. 44, grifos do original)

De acordo com João Pacheco de Oliveira (2024, p. 77), a coleção a que a autora se refere foi inicialmente composta por cerca de 400 artefatos indígenas, além de 329 desenhos atribuídos a Guido, organizados por Maria do Carmo em três portfólios¹⁰, do retrato mencionado pela autora e de duas fotografias. Assim, teria sido estabelecida inicialmente conforme os planos da autora; todo o material pertencente à coleção permanece no Museu Nacional até virar cinzas no incêndio que atinge a instituição em 2018.

2. Rosa

No mesmo ano de 1895, Maria do Carmo de Mello Rego publica, na *Revista Brasileira*, um breve relato intitulado “Rosa, a Bororo (Episódio verdadeiro)” que, mais tarde, será integrado como capítulo de *Lembranças de Mato Grosso* (1897). Assim como a autora parece reivindicar veracidade para o relato construído em *Guido (páginas de dor)*, afirmando o caráter biográfico da obra, aqui também o subtítulo “episódio

¹⁰ O material da coleção foi incinerado pelo incêndio ocorrido no Museu Nacional, em 2018. No entanto, graças à publicação de Rozsa W. Vel Zolads, *O impressionismo de Guido, um menino índio Bororo* (1990), podemos ver algumas das aquarelas atribuídas à criança, em fotografias de Beto Felício.

verdadeiro” anuncia um vínculo não ficcional com a realidade extraliterária. Trata-se, novamente, do registro de suas “memórias”, desta vez, a respeito de outra indígena do Mato Grosso que também teria sido “adotada” e que, assim como Guido (a comparação é minha), tão profundamente ciente e desejosa por “civilidade” estaria que teria se dedicado a auxiliar ninguém mais ninguém menos que o Capitão Duarte – aquele mesmo “pacificador” que aparece no relato anterior e que teria intermediado a adoção de Guido, levando-o à recém-chegada esposa do presidente da Província. Diferentemente de Guido, no entanto, Rosa teria sido acolhida por uma “distinta” família da região após ter sido aprisionada; nas palavras da escritora:

Em uma das muitas “caçadas” que se faziam de índios, foi ela a pobrezinha, aprisionada por uma força expedicionária partida de Cuiabá. Recolhida, porém, por família respeitável da cidade, encontrou entre os perseguidores da sua raça um lar amigo, onde conquistou simpatia e recebeu carinhos; ela, representante da tribo amaldiçoada dos bororós coroados. Quanto sinto não poder lembrar-me agora do nome indígena por que fora conhecida dos seus. Rosa ficou-se chamando na pia do batismo cristão. (Rego, 1895, p. 193)¹¹

A partir dessas primeiras observações, a narradora descreve os constantes conflitos entre indígenas e não-indígenas na região, destacando que os “fatos se repetiam e as caçadas humanas se amiudavam, e com elas o extermínio de uma raça tão simpática quanto brasileira genuína!” (Rego, 1895a, p. 194). Destaca, ainda, o profícuo e dedicado trabalho do aqui chamado “tenente” Duarte que lá andou “anos e anos [...], de alpercatas por ínvios e ásperos sertões, ora subindo serras, ora descendo despenhadeiros, a fim de não perder a vista das *feras* que perseguia” (1895a, p. 194, grifos do original) enquanto Rosa, ciente de tais acontecimentos, sofria calada pelos seus até que “desenganados afinal os presidentes da eficácia desse meio violento, resolveram tentar os da brandura e conciliação, e por acaso foi a humilde Rosa consultada” (Rego, 1895a, p. 194)

A moça teria estremecido de alegria e prometido a Duarte lhe trazer “toda a gente do aldeamento onde nascera, onde crescera e de onde saíra para ficar prisioneira dos brancos” (Rego, 1895a, p. 195). Organizou-se, então, nova expedição, desta vez contando com sua presença. A certa altura, Rosa pede que esperem por ela e informa que, a partir

¹¹ As citações de “Rosa, a Bororo” são feitas a partir de sua primeira publicação, em 1895, na *Revista Brasileira*, a partir de material disponibilizado pela Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, assim como as citações da recepção crítica imediata. Para melhor compreensão, atualizei a grafia. Todas as referências estão listadas ao final do texto, com seus respectivos links de acesso.

daquele ponto, seguiria sozinha; “despediu-se e tirando completamente as roupas, pois vestida eles a matariam de longe, embrenhou-se pelo mato adentro” (Rego, 1895a, p. 195). Após dias de angústia e espera por parte dos expedicionários, avista-se um grupo de aproximadamente mil indígenas armados com arcos e flechas:

De repente o tenente viu que lhe fazia simpáticos sinais, um pequeno índio que caminhava na frente, pouco adiante de agigantado indígena. Era Rosa! era a leal índia que cumpria à risca a promessa feita e se aproximava, fazendo gestos de paz e amizade. Foi o momento solene! [...] Efetuada a passagem dos índios, foi ao tenente Duarte apresentado pela Rosa o cacique chefe, que ao apertar-lhe vigorosamente a mão, fez-lhe presente de um formoso arco todo ornamentado de variegadas penas: o arco das grandes solenidades e que naquele momento entregava como penhor de submissão e símbolo de aliança” (Rego, 1895a, p. 196)

Rosa, descrita como “o anjo da paz que exercia a sua benéfica influência à causa santa da civilização e da humanidade”, após ficar “radiante de felicidade por ver terminada a guerra cruel de perseguição e extermínio feita aos seus”, torna, sintomaticamente, a vestir as roupas que havia deixado às margens do rio antes de sua empreitada. Na conclusão do breve relato (que ocupa apenas quatro páginas da *Revista Brasileira*), a autora volta a lamentar ter se esquecido do nome pelo qual era chamada a indígena entre os Bororo mas, antes disso, faz a seguinte observação:

Aqui, da *Revista Brasileira*, a que me prende sentimento de sincera gratidão, pelo bem que disse do meu chorado Guido, envio à memória da meiga Rosa, melancólica saudação, que se traduz na lágrima a deslizar-se doce e serena pela minha face, orvalhando o seu poético nome cristão. Que pena, porém, ter me esquecido como lhe chamavam os *bororós*! Quem poderia mais dizer-mo? Ninguém!.. (Rego, 1895a, p. 196, grifos do original)

A autora certamente se refere ao texto “**Guido** (Páginas de dor) por Maria do Carmo de Mello Rego. Rio de Janeiro. Typ. Leuzinger 1895”, inserido na seção “Bibliografia” e assinado por José Veríssimo, diretor da *Revista*, no qual, ressaltando o “longo e doloroso soluço” de que trata a publicação, o crítico afirma que “não se analisam livros destes [...] A crítica, se é permitido falar dela em uma notícia ligeira, não tem fazer com tais páginas, aliás não postas à venda. Só tem respeitar os sentimentos que as inspiraram” (Veríssimo, 1895, p. 255).

Profundamente sensibilizado com o sofrimento materno descrito por Maria do Carmo, Veríssimo, que apesar de insistir na impossibilidade de recepção crítica à obra não deixa de mencionar que os “artifícios literários lhe não emprestam nenhum efeito,

todos lhos dão uma dor que se sente sinceramente legítima”, acrescenta pouco adiante, referindo-se a Guido, que “[...] seu juvenil coração de selvagem acha acentos que, de parte à diversidade das situações, relembram involuntariamente o Peri de Alencar” (Veríssimo, 1895, p. 255)

Voltaremos à recepção crítica inicial de *Guido (páginas de dor)*. Antes disso, vale mencionar uma passagem de um dos “Relatórios apresentados pelo alferes Antonio José Duarte, dando conta do resultado das expedições de catequese de que o incumbiu o Dr. Joaquim Galdino Pimentel, quando presidente da província do Mato Grosso” no qual, ao descrever os procedimentos utilizados nas excursões, Duarte ressalta a presença de duas indígenas que o acompanhavam e a promessa de reconhecimento futuro, uma espécie de posteridade que parece materializada no relato do “episódio verdadeiro” de Maria do Carmo dedicado a Rosa. A citação é longa, mas reveladora dos procedimentos amparados institucionalmente pela política indigenista então em voga:

[...] fiz seguir para o centro às 6 horas da manhã os índios, acompanhados ainda por uma escolta de 16 praças comandadas pelo 2º cadete furriel José Augusto Caldas, até a barra do ribeirão *Floriano* com todas as recomendações no sentido de evitar qualquer encontro com os selvagens, e no caso contrário não hostilizá-los, tendo antes, no dia anterior, feito um rancho retirado do acampamento um quarto de légua, e dentro dele depositado os brindes, que vieram em dois pequenos caixotes, tudo na presença das índias.

Ao retirarem-se elas para o centro, fiz todas as recomendações para que empregassem todos os esforços, que lhes fossem humanamente possíveis, a fim de conseguir bom êxito do trabalho de que vinham incumbidas, fazendo-lhes sentir que prestavam relevante serviço não só a Deus, à pátria, à sua própria tribo, como também e com especialidade à província de Mato Grosso, donde também eram naturais.

A Deus porque retiravam um grande povo da barbaria para o cristianismo; à pátria porque deixando esse povo a vida selvagem, aumentava o número do povo civilizado; à sua tribo porque mais tarde eles bendiriam os nomes daqueles que tinham concorrido para a sua civilização; e, à província, finalmente, porque descansada das suas correrias, e assim aumentaria a sua lavoura que vai de dia em dia caindo em decadência em consequência dos consideráveis prejuízos que todos os anos dão os selvagens, plantando o terror e o desânimo na população agrícola. (Duarte, 1887, pp. 48-49)

Cibaé Modojobádo, eis o nome jamais lembrado pela autora. Como observa Marli Auxiliadora de Almeida, apesar de o relato de Maria do Carmo ter estimulado a disseminação da imagem de Rosa como aliada incontestada às investidas de pacificação dos Bororo Coroado, as palavras do próprio Duarte, em relatório destinado ao presidente da Província em 1886, indicam exatamente o contrário: “*A índia Rosa, em vez de auxiliar-me, pelo contrário, procurava plantar a desarmonia entre os índios, que eu em ato*

contínuo destruía. Esta índia não convém regressar e nem merece consideração alguma.”
(Duarte *apud* Almeida, 2005, p. 6)

O caso de Rosa é exemplar da perspectiva adotada por Maria do Carmo em relação à adoção de indígenas por famílias abastadas da região. Na verdade, a jovem teria sido “adotada” pelo então Diretor-Geral dos Índios, Thomaz Antonio de Miranda e sua esposa. Seu nome Bororo, como revela Almeida, era Cibaé Modojobádo e ela teria recebido o nome de batismo Rosa Miranda quando passa à família Miranda após a realização de uma expedição em 1880 que resultou “[...] no aprisionamento de nove indígenas, que foram batizados com nomes portugueses: Amélia, Mariana, Duarte, Coqueiro, Rosa e suas duas filhas, e outros” (Almeida, 2003, p. 4, grifos meus). Ainda de acordo com Almeida (2003), Cibaé Modojobádo permanece por cinco anos sob a tutela da família Miranda, período durante o qual foi preparada para servir de intérprete às expedições de contato realizadas em 1886.

Como podemos observar, os dados sobre o aprisionamento, a preparação e a própria declaração do “pacificador” Duarte não correspondem à versão de Maria do Carmo cujo relato acentua os supostos vínculos afetivos entre a indígena “adotada” e a “distinta família” adotante, assim como sua dedicação à redução do território ocupado pelos Bororo aos aldeamentos, num gesto narrativo muito próprio do tom romântico então em voga na literatura nacional. Assim, parece-nos que embora o relato de Maria do Carmo tenha por objetivo demonstrar reconhecimento por Rosa e mesmo exaltar sua figura naquele contexto, isso se dá de modo a atender às expectativas da política indigenista que visava o integracionismo, afinal a perspectiva de Cibaé Modojobádo é obliterada pelo discurso da autora. Como escreve Eliane Potiguara:

A opressão à população feminina sempre foi muito pesada e intransigente quanto à criação literária das escritoras e poetisas de qualquer país. Esta opressão as conduziu a uma condição psicológica sub-humana, tornando-as vítimas de violências e sendo causa de baixa autoestima. No Brasil, a colonização estrangeira trouxe essa fotografia para as mulheres negras, indígenas e mesmo para as brancas, afastando-as do protagonismo em relação à escrita e emudecendo as vozes que talvez pudessem surgir. (Potiguara, 2024, p. 87)

Assim, não é de se estranhar que a produção de Maria do Carmo de Mello Rego lance mão, em suas publicações, de fórmulas e/ou perspectivas já bastante disseminadas em termos discursivos e literários no que diz respeito à abordagem romantizada dos indígenas.

3. Recepção crítica

A solidariedade e o respeito aos quais Veríssimo se limita diante das páginas escritas por Maria do Carmo de Mello Rego, privando-as da condição de objeto de crítica literária respondem à mencionada legitimidade da dor expressa no relato. Veríssimo não é capaz de considerar que um livro, publicado por uma mulher que alega sofrer um luto materno, possa ser lido como produção literária, ainda que a personagem principal do relato remeta “involuntariamente”, segundo o crítico, à figura devota de Peri, personagem literariamente construída por José de Alencar.

O crítico, no entanto, não é o único a escrever sobre a publicação. Araripe Júnior se dedica mais longamente ao livrinho e, se por um lado também demonstra solidariedade ao sofrimento da autora, por outro não deixa de tecer comentários relativamente elogiosos à elaboração textual antes de mencionar que, para ser considerado uma obra de arte, falta-lhe “esse arranjo livresco, enfim, que é tão fácil ao homem do *métier*, mas de que por certo a autora de *Guido* não se preocupou quando escreveu aquela página de dor” (Araripe Júnior, 1895, grifos do original).

Privilegiando a dimensão biográfica atribuída aos textos da autora, a recepção crítica mais imediata à obra foi quase unânime em promover este duplo apagamento: o da legitimidade da mulher enquanto escritora, na medida em que o aspecto que determina a leitura de sua obra é a sua alegada maternidade; e a de Piududo, a criança indígena, na medida em que Guido, a figura cuja posteridade minuciosamente trabalhada, é fruto de elaboração textual e imagética por parte da autora. O mesmo se aplica a Rosa, cuja fama como agente civilizadora e “pacificadora” é, em grande medida, devida à publicação de Maria do Carmo. Guido, central em sua produção, tem seu retrato museificado e nomeia uma importante coleção etnográfica no Museu Nacional, instituição de prestígio no país desde o século XIX. “Rosa Bororo”, por sua vez, é nome de um museu em Rondonópolis (MT), criado em 1997; de acordo com a página de registro de museus do Governo Federal,

O nome do Museu ‘Rosa Bororo’ foi em homenagem à indígena Cibaé Modojobádo, que contribuiu para a pacificação dos indígenas Coroados, que habitavam a região do Alto Rio São Lourenço no contexto da política

indigenista imperial desenvolvida na Província de Mato Grosso entre os anos de 1845 e 1887.¹²

Ainda na *Revista Brasileira*, encontramos menções a essas duas personagens em texto assinado pelo General Mello Rego, ou seja, o marido de Maria do Carmo. Trata-se do artigo “Índios do Mato Grosso: os Bororós-Coroado”, em que o autor recupera sua experiência enquanto administrador da antiga província e as relações que travou com os indígenas durante aquele período, visando relatar, entre outras coisas, o processo de “pacificação” levado a cabo naquela região e os resultados dele advindos. A certa altura, para explicar o termo “coroados” atribuído a um grupo de indígenas Bororo, o autor escreve:

Coroados, porém, não é nome de tribo. Vem este apelido de usarem os Bororós, uma pequena coroa, que há fundamento para supor-se ser apenas distintivo de tribo. [...] um pequeno, índio bororó, o malogrado Guido, muito inteligente, que amávamos e educávamos como filho, cuja morte deixou em nosso seio dores e lágrimas que ainda duram, disse-me:

- Papai, o Sr. Bispo é Bororó.
- Por que? Perguntei.
- Ele tem coroa como Bororó. (Rego, 1895b, p. 9-10)

Em outra parte, acrescenta, referindo-se especificamente à “pacificação dos Bororós”:

Côscios da desigualdade da luta, inquietos e em constantes sobressaltos, vendo a cada momento surgir-lhes pela frente o inimigo com suas armas de fogo, que lhes causava verdadeiro terror, aceitaram os Bororós a paz que lhes foi oferecida por intermédio da simpática Rosa, legítima benemerita de sua tribo e mais ainda dos habitantes civilizados da terra que a ela e a eles viu nascer – o atual estado de Mato Grosso. Bem merecedora, por certo, das bênçãos da humanidade e até mesmo de uma estátua! Entretanto, o nome da boa Rosa, a Bororó, passaria esquecido e desconhecido mesmo em Mato Grosso, se uma senhora que ali conheceu a história, não viesse pelas páginas desta *Revista*, pagar justo, embora fraco tributo à sua memória. (Rego, 1895b, p. 10)

Enquanto a insígnia institucional de (ex) presidente da Província do general de Mello Rego é o que legitima o seu relato, em Maria do Carmo o que desempenha este papel é a maternidade. Embora reafirmados por Francisco Raphael, os relatos da autora ao serem recebidos pela crítica destituídos de dimensão criativa, não têm o peso “oficial” atribuído ao governante, reduzindo-a ao sofrimento do luto materno e devolvendo-a à

¹² Disponível em: <https://cadastro.museus.gov.br/museus/museu-rosa-bororo/#tainacan-item-metadata-label> Acesso: 15/10/2025.

esfera doméstica nas condições de esposa, mãe e cuidadora. Redução que, evidentemente, não se sustenta muito embora seja recorrentemente reivindicada pela própria escritora cuja construção de uma autoimagem é ora conformada às expectativas da sociedade (como é o caso da elaboração discursiva em torno de sua maternidade), ora pautada em singularidades de uma personalidade autônoma e independente¹³.

O que procuramos ressaltar no caso de Maria do Carmo é que apesar de desfrutar de privilégios e ter conseguido ultrapassar uma série de restrições tradicionalmente impostas à mulher naquele contexto, seus textos não deixam de reproduzir o apagamento das vozes que ela elege como objetos de elaboração textual. A autora lança mão de suas experiências e nos deixa relatos que, romantizados e ficcionalizados a partir de um ponto de vista bastante específico, têm, em seu cerne, tanto seus próprios marcadores sociais de gênero, raça e classe, quanto a ideologia amplamente hegemônica na época, amparada pelo racismo científico, que adota os povos originários como um símbolo ideal da nação – desde que cristalizados no passado ou integrados à “civilização”. Ao reivindicar um feminismo afro-latino-americano, Lélia Gonzalez já apontava para o “suficientemente sofisticado” racismo latino-americano, chamando a atenção para os processos pós-independência de “reabilitação” do indígena como “*símbolo místico* da resistência contra a agressão colonial e neocolonial, apesar de, ao mesmo tempo, manter subordinação da população indígena” (Gonzalez, 2023, p. 41), como é o caso brasileiro. É evidente que Maria do Carmo adota a via integracionista e “pacifista”; diríamos, ainda, que com boas intenções.

Resgato essas leituras para ressaltar a necessidade de circunscrever tanto Guido quanto Rosa à esfera literária, restituindo-lhes a dimensão de personagens criadas por Maria do Carmo de Mello Rego enquanto escritora inserida no contexto de um indianismo tardio, ainda que não seja (na verdade, principalmente por não ser) um “homem” do *métier*, como escreve Araripe Junior. Ao considerá-las fruto de elaboração literária, podemos reconhecer traços que as conectam com o aspecto biográfico reivindicado pela autora: enquanto Guido e Rosa são frutos de sua criação – o que implica, inclusive, no reconhecimento de seu trabalho como escritora –, os indígenas que a inspiraram de fato

¹³ A abordagem de Maria Ester Siqueira Rosin Sartori (2019) destaca esta última via, ressaltando a “mulher viajante” que foi Maria do Carmo de Mello Rego.

existiram e tiveram suas vidas atravessadas pela lógica colonial de apropriação, dominação e controle.

4. Piududo e Cibaé Modojobádo

Como dissemos, no entanto, é preciso restituir Guido e Rosa à dimensão ficcional, de modo que, apesar de construídos a partir de lastros na realidade extraliterária, são personagens criadas pela autora. Assim como a personagem Rosa nos oferece pistas que levam à Cibaé Modojobádo, é preciso ler Guido em busca de Piududo, nome da criança “adotada” pelo casal de Mello Rego antes do batismo cristão, segundo a autora. Não me interessa aqui especular sobre a veracidade afetiva que se atribui ao chamado “amor materno”, nem tampouco uma possível reciprocidade por parte do infante. Interessa-me ressaltar a maternidade enquanto categoria política em disputa; neste caso específico, enquanto ferramenta colonial largamente amparada pelas instâncias de poder. É preciso notar que Piududo é levado a Maria do Carmo pelas mãos de Duarte, um dos principais “pacificadores” dos Bororo, amplamente celebrado pelos sucessivos presidentes da Província de Mato Grosso ao longo da segunda metade do século XIX. É preciso notar ainda que a “guerra” entre indígenas e não indígenas nos chamados sertões do Mato Grosso ficou para a história como um dos períodos mais violentos, supostamente “resolvido” pela “pacificação” liderada, em grande medida, por esse mesmo Duarte.

No que diz respeito à recepção dos textos de Maria do Carmo, sobretudo *Guido (páginas de dor)* surge com frequência como documento incontestável de maternidade exemplar e amor incondicional na medida em que, diferentemente da maioria dos casos de adoção de indígenas, ela teria sido para ele uma “verdadeira mãe”. Destacam-se alguns estudos sobre a autora e sua obra, além da crítica imediata que conta com os já mencionados textos de Araripe Júnior, José Veríssimo e o próprio prefácio de Visconde de Taunay, além de um certo “Nemo” que, na mesma linha dos precedentes, escreve um artigo n’*A Semana*, em 2 de janeiro de 1895, no qual compartilha com seus colegas a atribuição imagética e conceitual de “*mater dolorosa*” à Maria do Carmo, para usarmos suas palavras. Quanto a abordagens mais recentes, *Memórias de uma mulher viajante do século XIX* (2019), de Sartori, talvez seja o trabalho mais completo dedicado à autora, sob a perspectiva de “viajante”, destacando o exercício desta atividade por uma mulher,

condição que naquele contexto era tão comumente atribuída – quando não restrita – aos homens.

Já a respeito de Guido e o legado museológico a partir de sua figura, é João Pacheco de Oliveira quem parece ter se debruçado mais detidamente. Apesar de reconhecer as implicações problemáticas das práticas de adoção de indígenas no século XIX, Oliveira afirma que:

É importante desde logo compreender o caráter bem particular dessa adoção. Além de sua alta posição social, D. Maria do Carmo e seu marido relacionaram-se com o menino Bororo como se fosse um filho verdadeiro. Isso é descrito extensamente em uma espécie de diário afetivo, escrito apenas alguns meses após a morte de Guido por sua mãe adotiva. (Oliveira, 2007, p. 77)

Discordamos de Oliveira na medida em que, em primeiro lugar, apesar de o próprio texto sugerir um caráter de “diário afetivo”, sobretudo pelo uso excessivo do tom lamentoso em primeira pessoa, trata-se de um relato pensado e preparado para publicação que, assim como o material mais tarde destinado ao Museu Nacional, tinha por objetivo a construção de posteridade (da criança, na “forma” moldada por suas intervenções, e de si mesma, enquanto intelectual mulher, mãe exemplar, patriota e, por que não dizer, escritora); e, em segundo lugar, parece-nos pouco possível definir o que seria um tratamento correspondente à noção de “filho verdadeiro” de modo que, ainda que tal definição fosse passível de ser feita, seria preciso, ao menos, acessar todas as versões envolvidas na relação e o relato daquela que reivindica para si a maternidade é, no mínimo, insuficiente.

A análise de Oliveira (2024) a respeito do retrato museificado do menino Bororo, no entanto, nos parece certa e reveladora ao observar que, não obstante a relação afetiva que teria levado Maria do Carmo à adoção de Guido como “filho legítimo”, ela teria sido confrontada com as expectativas evolucionistas da época que pregavam a inferioridade racial do indígena de modo que mesmo desfrutando de uma condição social privilegiada, ela não estaria imune às “[...] avaliações de seus contemporâneos, que acreditavam no determinismo das leis biológicas e implicitamente condenavam de modo antecipado ao fracasso a sua experiência de convivência interétnica” (Oliveira, 2024, p. 89). Daí a adoção de uma perspectiva romântica da fatalidade “como tragédia sublime”, o que teria alimentado a “representação forjada”:

O retrato, feito em Paris por pintor anônimo que, entre outras refrações culturais, *suaviza possíveis demarcadores raciais*, justapõe à figura estetizada do jovem Guido os olhos do menino que ele chamava de “Tainó”. O Guido que observamos e que dá o nome à mais antiga coleção etnográfica de Mato Grosso não corresponde exatamente ao Guido de Mello Rego, filho adotivo de D. Maria do Carmo, nem a um menino Bororo (*Piududo*), mas constitui uma fusão entre imagens de dois meninos Bororo realizada por um pintor distante. (Oliveira, 2024, p. 96, grifos meus)

Assim, se é verdade que o relato aproxima Guido do Peri alencariano, como sugerem Araripe Junior¹⁴ e José Veríssimo, é fundamental que reservemos a ele (Guido) sua dimensão de personagem criada por Maria do Carmo, num momento em que o indianismo já estava consolidado no cenário das letras nacionais. Piududo, no entanto, foi de fato uma criança indígena retirada de seu território e que, ao que tudo indica, desenvolveu uma doença pulmonar e morreu, aproximadamente aos 12 anos de idade. Se há alguma singularidade a ser apontada neste caso, não me parece que seja a legitimidade do sentimento materno, mas a aposta na posteridade¹⁵ a partir dos registros desta experiência.

Considerações finais

Como mencionei inicialmente, chego a Maria do Carmo de Mello Rego enquanto realizo uma pesquisa sobre escritoras mulheres do século XIX no contexto do indianismo romântico, provocada, sobretudo, por suas ausências. Ao me deparar com seu trabalho, encontro um conjunto de publicações que remetem ao período de transição para a República e que abordam, em sua totalidade, a presença indígena na sociedade brasileira, incluindo uma narrativa de viagem e um texto dedicado a artefatos indígenas daquela região, produção que demonstra perspicácia e atenção (proto)etnográficas, o que não é de menor importância. Vale destacar a sensibilidade da autora em relação às diferenças

¹⁴ Araripe Junior, assim como Veríssimo, sugere tal aproximação. Diferentemente deste, no entanto, insinua a possibilidade de dúvida a respeito da veracidade do relato: “Quando ela fala naquela criança adorável, ressurgem o fetichismo, e a darmos-lhe crédito, esse Piududo, cujo nome se traduzia por beija-flor e que foi mudado para Guido, seria uma reencarnação do Peri de José de Alencar, em outra categoria, na categoria da adoração filial” (*Diário de Notícias*, 1895).

¹⁵ Além do trabalho de João Pacheco de Oliveira (2007), dedicado a pensar as imagens museificadas (os desenhos e aquarelas atribuídas à criança Bororo) a partir da iniciativa de Maria do Carmo de Mello Rego, merece atenção a pesquisa de Sheyla Pinto Trapiá (2021; 2022) que se dedica à análise das fotografias de Guido e Salvador (personagem “menor” no relato de Maria do Carmo), observando aspectos da construção discursiva e iconográfica de uma pretensa “superioridade” originária de Guido em relação aos outros indígenas Bororo.

culturais e a acuidade na observação e registro de costumes, palavras e objetos indígenas, inclusive reconhecendo diferenças culturais tanto em relação ao universo ocidental quanto no que diz respeito à heterogeneidade dos povos nativos. A condição de esposa de presidente da Província e a maternidade de Guido, no entanto, se sobressaem como elementos de leitura na recepção crítica de sua obra, reduzindo-a às condições de mãe, mulher, esposa. Ainda que sua principal personagem se assemelhe tanto a um dos ícones do indianismo brasileiro, o Peri, de Alencar, seu papel como escritora fica absolutamente ofuscado pela aclamada maternidade interétnica.

A deslegitimação de seu trabalho criativo, por sua vez, produz um outro apagamento, este marcado pela violência colonial, ou seja, o dos indígenas por ela modelados, como são os casos de Piududo e Cibaé Modojobádo, sujeitos que alimentam a criação de Guido de Mello Rego e Rosa Bororo. Se por um lado é preciso reconhecer a estrutura patriarcal que silenciou escritoras mulheres ao longo de séculos na historiografia literária brasileira, por outro é fundamental que esse trabalho de resgate não se pautar na perpetuação de outras violências, como é o caso do apagamento dos povos originários, sua agência, seus sujeitos e cosmologias, como mera conveniência na construção de um ideal de nação.

Concluo este texto ciente de que *Guido (páginas de dor)*, “Rosa, a Bororo” e os outros trabalhos de Maria do Carmo de Mello Rego merecem uma análise literária mais exaustiva, incorporada aos estudos sobre o indianismo, mas também com a proposição de que as complexidades inerentes à sua produção possam ser apontadas e (re)elaboradas tendo em vista a integralidade dos sujeitos envolvidos, bem como suas agências, de modo a recusar sua redução à condição exclusiva de objetos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Marli Auxiliadora de. “Cibaé Modojobádo – A Rosa Bororo e a ‘pacificação’ dos Bororo Coroados (1845-1887)”. **ANPUH** – XXI. João Pessoa, 2003.

_____. “‘Pacificação’ dos Bororo Coroados na Província de Mato Grosso: ‘Guerras e alianças’”. **ANPUH** – XXIII Simpósio Nacional de História. Londrina, 2005.

ARARIPE JÚNIOR. **Diário de notícias**, Rio de Janeiro, 13 de abril de 1895. Disponível em:

<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=369365&pesq=Araripe&pa sta=ano%20189&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=14839> Acesso: 08/10/2025.

DUARTE, Antonio José. “Catequese dos índios Coroados na Província do Mato Grosso”. In: **Revista da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro**. Tomo III, 1º Boletim, 1887. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=181897&pagfis=878> Acesso: 12/10/2025.

GONZALEZ, Lélia. “Por um feminismo afro-latino-americano”. In: **América Ladina**. Biblioteca Básica Latino-americana. Fundação Darcy Ribeiro. Brasil: Ateliê de Humanidades; Chile: Tucán Ediciones, 2023.

OLIVEIRA, João Pacheco de. “O retrato de um menino Bororo: uma antropologia dialógica da reprodução de uma coleção etnográfica”. In: **O fogo avassalador e a nova sementeira: museus, antropologias e protagonismo indígena**. Rio de Janeiro: Mórula, 2024.

_____. “O retrato de um menino Bororo: narrativas sobre o destino dos índios e o horizonte político dos museus, séculos XIX e XXI”. In: **Revista Tempo**, 12 (23). Niterói: EdUFF, 2007.

POTIGUARA, Eliane. **Questão indígena brasileira: visto minha própria pele sem medo**. Org. Diego Pautasso. São Paulo: Cultura, 2024.

REGO, Maria do Carmo de Mello. **Guido (páginas de dor)**. Rio de Janeiro: Typ. Leuzinger, 1895.

_____. “Rosa, a ‘Bororo’ (Episódio Verdadeiro)”. In: **Revista Brasileira**, Tomo II, 1895a. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=139955&Pesq=bororo&id=3380900003412962&pagfis=7535> Acesso: 08/10/2025.

_____. **Escritos completos: Maria do Carmo de Mello Rego**. Publicações Avulsas, n. 44. Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, 2002.

REGO, Francisco Rafael de Mello. “Índios de Mato Grosso: Os Bororos-Coroados”. In: **Revista Brasileira**. Primeiro ano. Tomo III. Rio de Janeiro - São Paulo: Laemmert & C. Editores, 1895b. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=139955&Pesq=bororo&id=3380900003412962&pagfis=7726> Acesso: 05/10/2025.

SARTORI, Maria Ester de Siqueira Rosin Sartori. **Memórias de uma mulher viajante do século XIX: Maria do Carmo de Mello Rego**. Jundiaí [SP]: Paco Editorial, 2019.

TRAPIÁ, Sheyla Pinto. **Curumins no estúdio fotográfico. Identidade, estúdio fotográfico, impressão e circulação (1888-1910)**. [TCC] UFBA, Salvador, 2021.

_____ “Para além do tipo humano: Guido e Salvador, um *pagumejera* Bororo e seu pajem posam no estúdio”. **XI Encontro Estadual de História. (De)colonialidades da História: independência, imperialismos e cidadania**. Salvador, 2022.

VERÍSSIMO, José. “Bibliografia”. In: **Revista Brasileira**. Tomo I. Rio de Janeiro – São Paulo: Laemmert & C, 1895. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=139955&pagfis=6951>
Acesso: 25/10/2025.

ZOLADS, Rozsa W. Vel. **O impressionismo de Guido, um menino índio Bororo**. Rio de Janeiro: Editora Universitária Santa Úrsula, 1990.